

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Renata Alves da Silva

**A SEGREGAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA ACERCA DA FORMAÇÃO
DAS FAVELAS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Ms. Joacir Teixeira de Melo

Juiz de Fora
2017

**DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E
AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Eu, **Renata Alves da Silva**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201273128A, declaro que sou autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A Segregação Social no Brasil: Uma perspectiva a cerca da formação das favelas, desenvolvido durante o período de 20/06/2016 a 31/01/2017 sob a orientação de Joacir Teixeira de Melo, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo o presente.

Juiz de Fora, 31 de Janeiro de 2017.

Renata Alves da Silva

A SEGREGAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA ACERCA DA FORMAÇÃO DAS FAVELAS

SOCIAL SEGREGATION IN BRAZIL: A PERSPECTIVE ON TRAINING OF FAVELAS

Renata Alves da Silva¹

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa é analisar a segregação social no decorrer da história do Brasil de forma a entender quais são os fatores que transformam o atual espaço urbano nas favelas. O presente estudo permite, através de um olhar tanto sociológico quanto filosófico, compreender como as questões existenciais e o comportamento humano em função do espaço cria processos que interligam os indivíduos em associações ou grupos. Sabendo que a favela é atualmente fonte de conflitos sociais, territoriais e econômicos, o trabalho apresenta a trajetória histórica do processo de segregação no país e suas interações, e para isso analisa também sob um olhar antropológico, o fenômeno de formação das favelas, que permite relacionar o tema com as teorias que envolvem a humanidade, e demonstrando neste sentido como o crescimento da urbanização faz surgir e crescer a cada dia, a segregação socioespacial no território brasileiro, e como esses fatores implicam na identidade do favelado e a relação atual da favela com o espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: segregação socioespacial. Favelas. Espaço urbano. Capitalismo. Cidades.

ABSTRACT

The main objective of this research is to analyze social segregation throughout the history of Brazil in order to understand what are the factors that transform the current urban space in the favelas. The present study allows, through a sociological and philosophical perspective, to understand how existential questions and human behavior in function of space creates processes that interconnect individuals in associations or groups. Knowing that the favela is currently a source of social, territorial and economic conflicts, the work presents the historical trajectory of the segregation process in the country and its interactions, and for that reason also analyzes, under an anthropological perspective, the favela formation phenomenon. To relate the theme to the theories that involve humanity, and demonstrating in this sense how the growth of urbanization makes the emergence and growth of socio-spatial segregation in Brazilian territory and how these factors imply the identity of the favela and the current relationship of the favela With urban space.

KEYWORDS: socio-spatial segregation. Slums, urban space. Capitalism. Cities.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar o caminho que o Brasil percorreu para a atual situação de segregação socioespacial no país de forma a entender através de uma perspectiva social como o território foi se transformando ao longo dos tempos, e como essas transformações deram início ao processo da favelização do espaço, processo este que modifica até hoje os territórios e as relações sociais de determinado local. Para tal será realizada uma análise desde a chegada da família Real em território brasileiro até os dias atuais. Além de realizar uma abordagem acerca das perspectivas antropológicas, em decorrência do amplo interesse acadêmico em discutir quais são os impactos dessas transformações para a sociedade.

Sérgio Buarque de Holanda (1969), em sua obra *Raízes do Brasil*, destaca que a habitação em cidades se opõe a natureza. Para o grande pensador brasileiro, as cidades coloniais, eram instrumentos de poder do colonizador sob o colonizado. A exploração dos portugueses primeiramente na costa brasileira com o assentamento das primeiras comunidades traga talvez, o primeiro fenômeno de segregação sócio espacial em terras do “novo mundo”: a expulsão dos tupis “sertão” adentro. Após o assentamento dos portugueses, surge a idéia de colônia-metrópole, fato que já instiga uma segregação, característica essa, que se apresentou nas colônias portuguesas em todas as suas formas. Uma estrutura marcante da nossa sociedade, casa grande

¹Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: renata.alves54@yahoo.com.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. MS. Joacir Teixeira de Melo

senzala, traduz de forma indiscutível os aspectos segregais-espaciais da forma de vida que estava a ser construída.

Este processo de segregação se desenrola através da história brasileira. Mesmo após a emancipação da metrópole, as estruturas coloniais se mantêm através da monarquia e posteriormente, não é muito diferente a forma que a recém república toma. Os movimentos que aconteciam dentro do Brasil após a segunda metade do século XIX, como a abertura do comércio a outras potências estrangeiras, o *boom* na produção do café, a Proclamação da República e a Lei Áurea, mostravam as cidades como o lugar das oportunidades e de construção de uma vida melhor, conforme descreve MARINS, (1998, p.132):

“Novos habitantes, vindos das antigas senzalas e casebres do interior do país e dos portos estrangeiros, somavam-se aos antigos escravos, forros e brancos pobres que já inchavam as cidades imperiais, e junto a eles aprenderiam a sobreviver na instabilidade que marcaria suas vidas também em seu novo habitat. Mover-se-iam, todos eles, pelas ruas alvoroçadas em busca de empregos e de tetos baratos para abrigar-se, num deslocamento contínuo que fundia vivências, experiências, tensões – e espaços.” (Marins, 1998, p.132).

Um fato que ilustra bem as mudanças que o final do século XIX início do XX traziam, é a tentativa de modernização da então capital do Brasil, Rio de Janeiro, desapropriando a população pobre da região central da capital, os obrigando a viver às margens da cidade, reforçando a partir de então o conceito de indivíduo marginalizado. ROCHA (1986, p.90), ilustrou a situação a qual as pessoas eram submetidas da seguinte forma:

“E assim reunida, aglomerada, essa gente, trabalhadores, lavadeiras, costureiras de baixa freguesia, mulheres de vida reles, entopem ‘as casas de cômodos’, velhos casarões de muitos andares, divididos e subdivididos por um sem número de tapumes de madeira, até nos vãos de telhados, entre a cobertura carcomida e o ferro carunchoso. Às vezes, nem as divisões de madeira; nada mais que sacos de anagem estendidos verticalmente em septo, permitindo quase a vida em comum, em uma promiscuidade de horrorizar” (ROCHA, 1986, p.90).

A Revolução Industrial que teve início na Inglaterra nas últimas décadas do século XVIII promove grandes transformações na sociedade inglesa, especialmente nas grandes cidades. A substituição do homem pela máquina, a produção em larga escala e a perda do operário do seu meio e do processo de produção, gera uma nova sociedade que passa a ser de grande interesse de estudiosos da época. A vida em sociedade, especialmente urbana passa a ser discutida por diversos pensadores.

Embora no Brasil o processo de industrialização tenha sido tardio, não podemos desconsiderar a segregação que veio se desenrolando no processo histórico, e que segundo Filho (2011), não há como não associar a intensificação desta segregação ao rápido processo de industrialização após a Segunda Guerra Mundial e ao “milagre econômico” a partir da década de 1960. Estes fatores contribuíram fortemente para que muitas pessoas deixassem suas terras, trocando a atividade agrícola pela então promissora atividade industrial. A segunda metade do século XX é marcada por um forte êxodo rural.

1. O CONCEITO DE SEGREGAÇÃO

O conceito de segregação de acordo com Sorbazo Miño (1999) originou na Escola de Chicago. A cidade norte-americana no início do século XX sofria imensas transformações, com aumento da população através de migrações e do crescimento demográfico. A necessidade de atrelar a sociologia ao urbanismo se deveu ao fato de todas as mudanças que a sociedade de Chicago sofria, com surgimento dos guetos, espaços segregados associados ao crime.

O conceito de segregação foi definido primeiramente, como um processo ecológico pela Escola, resultante da competição de diferentes grupos, em que venceriam os mais fortes, resultando em diferentes espaços, assim como ocorre no mundo vegetal. Para os defensores desse pensamento, o movimento de segregação não seria negativo dentro das cidades. Estas idéias eram defendidas por autores da Ecologia

Humana, com visão das áreas segregadas como áreas naturais, onde pessoas de interesses comuns dividiriam tal espaço. Villaça (1998) destaca que esta corrente se preocupou apenas em medi-la e não em explicá-la.

Uma corrente econômica política marxista defendida por Castells (1977) se preocupa com os processos e causas da segregação, acentuando as fortes diferenças sociais, buscando compreender também a hierarquia dentro de grandes centros urbanos. A globalização, ao trazer a metrópole e um sistema capitalista que podemos chamar inclusive de pós-capitalista, acentua enormemente as diferenças entre as classes sociais ao formar o que Carvalho (2004 *apud* Cezario e Caetano 2010), chamaria de *global cities*, ou seja, cidades interligadas pelo capital estrangeiro cuja dinâmica exige um novo movimento dentro das mesmas, desqualificando espaços, causando impactos sociais e territoriais.

Esta ruptura, que separa a sociedade entre detentores dos meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho, se consolidou com o desenvolvimento do capitalismo. O resultado deste processo é uma sociedade de complexas desigualdades, sendo traço marcante dos centros urbanos contemporâneos, especialmente, as metrópoles brasileiras. Corrêa (1995) assinala que a segregação urbana é a manifestação da classe social a qual um determinado indivíduo pertence. Esta teoria é defendida pela maioria dos autores, que associam os espaços urbanos às condições econômicas da população.

Este complexo fenômeno social não para de crescer, formando comunidades cada vez mais fechadas, dentro de grandes centros urbanos, sem acesso a serviços básicos, e muitas vezes marcados pela violência de grupos altamente centralizados comandados por criminosos que se envolvem em atividades ilegais, conhecidos por crime organizado que ali se instala, devido a principalmente falta de serviços de fiscalização, policiamento e facilidade de acesso

O que determina a segregação está intimamente ligado a valorização do solo ao redor de um centro urbano. As áreas mais caras serão adquiridas pela classe alta e esses locais terão melhores serviços e equipamentos urbanos, enquanto os solos mais baratos serão ocupados por uma classe baixa. As regiões a ser ocupadas, de acordo com Carlos (1992), vão depender dos atrativos e do desenvolvimento das cidades. As áreas centrais da maioria das grandes cidades deixaram de ser atrativas muitas vezes devido ao trânsito e a poluição, levando a população com condições de escolha, a se afastarem em áreas mais arborizadas e tranquilas, formando em algumas cidades os condomínios fechados. A área central passa então a ser ocupada por uma população mais pobre.

Os resultados dessa dinâmica espacial é o de uma população pobre cada vez mais distante dos centros urbanos: locais estes onde não se encontram as oportunidades de trabalho, e com baixo acesso a serviços e infraestrutura, equipamentos urbanos. Assim a população de baixa renda acaba por se aglomerar em favelas próximas ao centro. Cezario e Caetano (2010) destacam que o local onde um indivíduo vive, reflete diretamente nas oportunidades de emprego que o mesmo terá

O que foi denominado como “enclave fortificado” por CALDEIRA (2007 *apud* Cezario e Caetano 2010), é a nova realidade da população, em especial brasileira que tem condições de buscar áreas com melhores condições de habitação. A segregação, seja ela espontânea ou forçada, representa perdas para ambos os grupos sociais

Os segregados- população excluída em sua maior parte de baixa renda – por força, por outro lado, habitam uma área onde a falta de planejamento e a fluidez espontânea são características. Serviços, quando existem, tendem a ser mais precários. Para Beltrão Sposito (1996), a convivência social é a que tem mais a perder, pela falta de diálogo entre as diferenças. “As cidades afinal de contas, tem o papel de fazer com que grupos formados por diferentes indivíduos, das mais diferentes classes sociais, convivam diariamente, ainda que em meras relações informais. A falta de diálogo nesse aspecto diminui o poder da população.” Há nesse aspecto, a fragmentação da força política e econômica, conforme destaca Vetter et al (1981 *apud* Miño 1999). Pois, uma vez separada por classes, a população deixa de ser unificada, e passa a buscar por interesses individuais que nem sempre abrangem o interesse coletivo e o bem comum, o que resulta em ainda mais exclusão social.

A segregação sócio espacial está intimamente ligada à divisão do espaço urbano com suas respectivas classes sociais, ações políticas e à economia imobiliária do solo urbano que foram tomadas referentes a elas. Muitos vêem problemas atuais oriundos de políticas públicas mal executadas, ou de preconceitos de classes ou raça, que têm como resultado este imenso abismo social que vivemos agora

A idéia de um espaço público onde toda comunidade possa usufruir e participar, ainda fica aquém do quadro visto, pois para que isso possa acontecer, passaria pela diminuição das desigualdades sociais e uma conscientização maior dos atores envolvidos. Para tal o espaço deve atender aos anseios da população como um todo e não de certas camadas sociais ou de certos grupos. A idéia de um espaço mais democrático nos remete á um Estado que cumpra seu papel de inversão social, não só na perspectiva econômica, mas também de uma vida com educação, saúde e participação de todos envolvidos em um bem coletivo.

2. SEGREGAÇÃO SOCIAL: DA SUA CONCEPÇÃO A DUALIDADE SOCIAL

Primeiramente, é imprescindível lembrar que o aumento das desigualdades sociais é uma das transformações coletivas que mais tem ocorrido no cenário atual brasileiro. Ao mesmo tempo, o medo e a crescente violência são fatores culminantes para a ocorrência dessas mudanças sociais uma vez que geram ainda mais discriminação e segregação social, levando a, freqüentemente grupos, tanto de classe média quanto classe média alta, que habitavam as zonas afastadas dos centros urbanos, como favelas ou condomínios fechados á deslocarem-se para os centros urbanos.

As chamadas comunidades, favelas ou periferias (genericamente, tudo que está ao redor) são em maioria, as regiões afastadas dos centros urbanos e habitadas atualmente pela população de baixa renda. A favela acaba gerando essa dualidade de opiniões, onde ao mesmo tempo é fonte de uma enorme e valiosa variedade cultural e racial é também o cenário e fonte para inspiração do preconceito e desordem. Segundo Zaluar (2006):

“Mas a favela ficou também registrada oficialmente como a área de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgotos, sem água, sem luz. Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descalço do poder público, surgiram às imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade (...)” (ZALUAR, 2006, p.8)

É válido ressaltar que as favelas são resultado do desenrolar de toda a história do Brasil, mas principalmente da primeira metade do século passado em diante, as favelas tornaram-se ainda mais marcantes. Interpretar alguns períodos da história ajuda a compreender sua influência no atual cenário. Assim, falar particularmente do Rio de Janeiro pode levar ao entendimento da formação inicial desses espaços urbanos. Segundo Zaluar², o “Rio já foi modernizado, e a população carente, jogada para fora do centro urbano, surgindo assim à configuração bipartida que a cidade apresenta até hoje”. Entende-se pela atual configuração social do estado, que gera uma polarização entre ricos e pobre, determinando sua distribuição territorial.

A política social de embraquecimento³ foi um dos primeiros movimentos que levaram ao crescimento da população pobre nos morros e áreas vazias em torno da capital, devido à derrubada dos cortiços (acomodações precárias alugadas para uma família). Acredita-se também que no Rio, através de outras revoltas sociais como a Guerra de Canudos que culminou com a ocupação de áreas afastadas pelos soldados provenientes da guerra, áreas afastadas foram sendo ocupadas. Foi também pela derrubada dos cortiços, durante o primeiro quarto do século XXI que a cidade também se viu forçada a ocupar zonas afastadas dos centros. De acordo com Zaluar (2000) durante determinados períodos o “favelado” e a favela eram tidas como

²ZALUAR, Alba. **Um século de favela**. 5ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 124.

³ Racismo científico, movimento científico social que se baseava na presunção da superioridade dos brancos.

mero objeto político, uma vez que, semelhante à própria autora a favela era a fonte da marginalidade e era entendida como um problema físico-ecológico, que deveria ser rapidamente removido, para que todos os problemas relacionados à inserção da favela na sociedade moderna estariam resolvidos. A autora ainda ilustra:

“Assim, a política de remoção de favelas adotada na vigência do regime militar instalado em 1964 foi possível, apesar do seu caráter repressivo, pois que os votos dos favelados para eleger parlamentares e, principalmente, os cargos executivos, deixaram de ter importância. Por isso mesmo, essa prática, que teve inúmeros lances dramáticos, tais como incêndio das favelas do Morro do Pasmado e da Praia do Pinto, intensificou-se após 1964, e até 1971, quando se inicia o período de crise do mercado de habitação popular, um grande número de famílias foi removido”. (ZALUAR, 2000, p.66)

Acentua-se o fato de que no Brasil, em geral, no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980, o inchaço populacional ocorrido nas cidades, à ausência da participação do Estado e a falta de políticas públicas, tornaram a favela o principal centro de violência e narcotráfico. Já nos anos de 1990 os índices reduziram devido à maior participação do estado, inserindo a urbanização que trouxe algum tipo de infra-estrutura para os seus moradores como, por exemplo, saneamento básico, água, iluminação entre outros. Ainda assim é interessante manter um olhar de que independente da época que a favela for analisada, quando sob a perspectiva política sempre tem sido usada como massa de manobra, seja nos dias atuais ou não, a favela é ora fonte de apoio popular e cultura ora fonte dos problemas sociais. Ou, ainda nas palavras de (Zaluar apud Leeds & Leeds, 1978; Valladares, 1978: 26-27): “nos períodos mais autoritários em que o voto do favelado deixava de ser importante a política da remoção compulsória era executava, enquanto que em períodos populistas medidas de urbanização das favelas ainda existentes e critérios voluntários de inserção no programa eram adotados”

Apesar de existir um consenso a respeito da complexidade do processo de segregação, admite-se em geral que uma das causas fundamentais associadas ao aumento da desigualdade é a distribuição de renda, que acaba gerando uma dicotomia social entre ricos e pobres e/ou exploradores e explorados. Conforme analisa Zaluar (2006):

“A favela, vista aos olhos das instituições e dos governos, é o lugar por excelência da *desordem*. Vista pelos olhos de outras regiões, estados e metrópoles que concorrem com o Rio de Janeiro pela importância cultural e política do país, especialmente São Paulo, ela é também, por extensão, a própria imagem da cidade. Os estereótipos que se formam das cidades são os mesmos desenvolvidos pela favela. Ao longo deste século, a favela foi representada como um dos fantasmas prediletos do imaginário urbano: como foco de doenças, gerador de mortais epidemias; como sítio por excelência de malandros e ociosos, negros inimigos do trabalho duro e honesto; como amontoado promíscuo de populações sem moral.” (ZALUAR, 2006, p.14)

Nessa mesma perspectiva, ao se analisar a história da má distribuição de renda, é perceptível que sua origem advém desde tempos remotos. A chegada da coroa portuguesa em território brasileiro em 1808 já dividia o Brasil entre exploradores e escravos (negros e índios), esse marco histórico e cultural, deixou claro que a elite sempre se sobrepõe aos menos favorecidos. Posteriormente, a introdução do capitalismo durante a Primeira Revolução Industrial, acentuou ainda mais essa divisão/separação, uma vez que nem todos tinham o mesmo poder econômico. As cidades tornaram-se espaço reservado para indústrias e comércio claramente destinados à elite, redefinindo todo o espaço urbano. Essa situação ainda é um dos problemas vivenciados pela comunidade brasileira.

Hodiernamente, esse processo resulta não só na formação das favelas, mas pode ser visto principalmente como fonte de preconceito social: os que têm menos não devem se misturar com os que têm mais, em quaisquer espaços sejam eles escolas, teatros, shoppings centers, meios de transporte, veículos aéreos entre outros, é a camarotização, definida pelo ato de segmentar em camarotes separando fisicamente dois elementos como ricos e pobres.

As teorias de Marx nada citam sobre a formação do espaço (território) em função do tempo, todavia ele sempre analisou as interações pessoais e seus efeitos na sociedade, o que nos leva a pensar nos seus trabalhos em conjunto com a formação socioespacial. Se para Marx e Engels⁴ a disputa de classes cria a dualidade entre o explorado e o explorador, a idéia de não compartilhar os mesmos espaços mostra pensamentos separatistas e elitistas dos quais não existe integração das camadas sociais, podendo resultar no fenômeno da segregação social, uma vez que este é proveniente do processo de reconstituição do espaço.

Logo, pode-se analisar que os problemas de cunho social que afligem as cidades desde tempos remotos, principalmente os grandes centros urbanos, são resultado da modificação da estrutura em função da economia. Ora, se a fonte do surgimento de áreas segregadas, tem por consenso, ser um fenômeno socioeconômico obviamente esta é também a fonte de elevados níveis de desigualdade de renda, pobreza, desemprego estrutural, disputa pelo espaço urbano e conseqüentemente violência no país.

A luta de classes é um conceito fundamental para explicar o processo de constituição social advindo do capitalismo, e ajuda a entender a perspectiva das formas de segregação social. Com base nos momentos supracitados, pode-se dividir a segregação em três momentos históricos. O fenômeno de segregação sócio espacial assume formas diferenciadas que variam com o tempo. Lojkine⁵(1997) identificou três tipos de segregação:

1- Uma oposição entre o centro e a periferia;

2-Uma separação cada vez mais acentuada entre as áreas ocupadas pelas moradias das classes mais populares e aquelas ocupadas pelas classes mais privilegiadas;

3-Uma separação entre as funções urbanas, que ficam contidas em zonas destinadas a funções específicas (comercial, industrial, residencial)

Cronologicamente o Brasil já na metade do século XIX, vivia o auge da cafeicultura, época que transformou o Sudeste na principal região econômica do país, ajudou a promover a urbanização do Rio de Janeiro e São Paulo e deu início a um pequeno processo de industrialização brasileira. A passagem do então precedente modelo produtivo de latifúndios para o industrializado acarretou na aglomeração de mão-de-obra nos centros urbanos. Por conseguinte, houve um acentuado êxodo urbano que assegurou moradia para os trabalhadores (menos favorecidos), êxodo este cada vez mais crescente e antecessor do início da formação das favelas. Marx e Engels (1848) ilustram nitidamente:

“A burguesia submeteu o campo a cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população em relação á dos campos e, com isso arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo a cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente.” (Marx e Engels, 1848, p.14)

Notoriamente, através dessa análise realizada pelos autores é possível visualizar que a burguesia sempre se colocou acima do “proletariado” como eles mesmos definem, e nitidamente é possível fazer uma correspondência desse momento com a situação vivida no Brasil. Para Marx e Engels (1848) esse processo demonstra como a supremacia política e econômica foi se concentrando nas mãos, constantemente, dos mais ricos com o passar dos tempos. Obviamente desde sempre, esse poder econômico acabaria por criar a classe dos menos favorecidos e conseqüentemente excluídos. Ao analisar a transição das sociedades rurais para uma comunidade de classes, ele observa que a alteração espacial das cidades, dividindo-se territorialmente por

⁴MARX e ENGELS, Karl; Friedrich **O manifesto comunista**. Edição eletrônica disponível em: www.jahr.org, 1999.

⁵LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

poder econômico tem uma forte ligação com o processo de crescimento da divisão social do trabalho, que enriquecia a burguesia.

De fato, até meados de 1930 a sociedade brasileira organizava-se de forma concentrada e amplamente diversificada, os menos favorecidos se localizavam na região central e de forma variada e aglomerada e, mesmo que próximos devido ao tamanho em escala das cidades (vilas), os mais ricos abrigavam-se em moradias diferenciadas fora desses centros, portanto a organização baseava-se nas normas de urbanização, como por exemplo, localização e padrões de construção como proximidade espacial e separação física, os mais ricos ocupavam os melhores lotes e com preço mais elevado.

A partir de 1930 /1940 é possível perceber o modelo referente à segunda fase da segregação social já definido por Lojkine (1997), no qual o mesmo cita o antagonismo entre centro x periferia, ou ainda conforme o próprio autor: “Uma separação cada vez mais acentuada entre as áreas ocupadas pelas moradias das classes mais populares e aquelas ocupadas pelas classes mais privilegiadas”. O Brasil vivenciou muitas mudanças territoriais e sociais principalmente a partir da Ditadura Militar até a Democracia. As cidades já ofereciam oportunidades de trabalho e melhor qualidade de vida atraindo a população rural rapidamente para os centros urbanos. A aceleração da urbanização no Brasil foi acentuada durante o governo de Getúlio Vargas através de suas medidas administrativas de modernização do país, concomitante a isso destaca-se a explosão demográfica entre os anos 1940 e 1970. O interesse é que existia uma grande ilusão na mente da sociedade mais carente, originalmente vinda de áreas rurais, de que as áreas urbanas ofereciam melhor renda. Logicamente essa falácia gerou uma grande decepção e conseqüentemente exclusão, uma vez que não houve um planejamento estrutural para absorver tamanho crescimento demográfico. Em decorrência disso a demanda por infra-estrutura, transporte, saneamento básico e moradia eram maiores do que a capacidade oferecida pelas cidades. Como resultado da falta de investimento nas classes populares ocorreu o aparecimento e contínuo aumento dos cortiços e loteamentos populares, apoiado no seu crescimento descontrolado justificado pela fortíssima emigração campo-cidade.

Analogicamente, se para Karl Marx (1848) a sociedade capitalista se constrói em torno da divisão social do trabalho, é possível perceber porque a implantação da atividade industrial traz consigo tantos efeitos sociais e econômicos, principalmente quando ela vem em conjunto e não isoladamente, conforme aconteceu durante a Revolução industrial. A chegada de um pólo de indústrias resulta em alterações nos transportes, poluição, comércio, serviços, e mais, é altamente atrativa para a mão de obra que enxerga nesse meio, melhores salários e oportunidades de vida. Logo o Estado, quanto mais capitalista, mais poder tem nas transformações do espaço em que está inserido. Cabe avaliar que as classes dominantes em função da sua busca por aumentar a acumulação de capital, aumentam também à exploração de recursos, que conseqüentemente alteram o cotidiano das pessoas, uma vez que esse cenário sempre vai gerar alteração espacial, tais como a criação de condomínios fechados e /ou espaços destinados aos trabalhadores, assim a sociedade passa a conviver com o fenômeno do surgimento das favelas.

Ainda assim, as maiores mudanças que afetaram a formação das favelas de maneira mais acentuada têm origem durante o governo de Juscelino Kubistchek e a Ditadura Militar, momentos como a construção de Brasília, o incentivo político ao desenvolvimento nacional e a arquitetura urbana voltada para os interesses do país, foram idéias progressistas da época, que modificaram drasticamente o até então inchaço urbano. Em suma foi o período marcado pela remoção da população de baixa renda dos centros urbanos, conforme exemplifica Zaluar apud Burgos (2006) “através da criação da Companhia de Habitação Popular (COHAB), empresa que deveria realizar uma nova política habitacional, baseada na construção de unidades para as famílias de baixa renda”. Foram criados conjuntos habitacionais de baixa infra-estrutura e qualidade e os “favelados”⁶ eram removidos dos centros das cidades, eram áreas distantes dos locais de trabalho, com pouca ou nenhuma oferta de transporte e mal construídas. As chamadas políticas de remoção tinham definitivamente, durante a ditadura, o objetivo de erradicar completamente com as favelas, pela atuação da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM) – que ordenou órgãos da Guanabara para empreender a remoção de mais de 90.000 moradores de favelas no período 1968-1975, a autora ilustra:

⁶Identidade adotada na época para fazer referência aos excluídos dos centros urbanos.

“(…) os habitantes das favelas lutariam de forma desesperada para não serem removidos, entrincheirados na identidade politicamente construída de *favelado*. A história dessas remoções, ocorridas, sobretudo entre 1968 e 1975, representa um dos capítulos mais violentos da longa história de repressão e exclusão do Estado brasileiro. Na verdade, sabe-se muito pouco a seu respeito, mas o que se sabe permite supor a extensão da sua dramaticidade”. (ZALUAR APUD BURGOS, 2006, p.36)

Nas palavras da própria Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM), é possível perceber a barbárie de tal momento:

“No ponto em que chegamos, não há no Rio qualquer outro problema que apresente tanta urgência em ser resolvido quanto às favelas (...). A extinção das favelas justifica a paralisação de todos os programas de embelezamento urbanístico da cidade, pois não há melhor forma de ressaltar o esforço de melhoria da Guanabara do que a eliminação do contraste brutal e injusto das favelas com o perfil dos edifícios e a linha da paisagem favorecida.” (Jornal do Brasil, 1966).⁷

Mas esta política agressiva não conseguiu atingir seu objetivo muito menos impediu o surgimento de novas ocupações, conhecidas como conjuntos habitacionais, pois faziam parte das políticas remocionistas. Foi à época do surgimento de importantes comunidades do cenário brasileiro como, por exemplo, a Cidade de Deus⁸. O interessante é que estes então conjuntos habitacionais acabaram por surgir entre bairros nobres e apresentam hoje índices tão críticos de violência e baixa infraestrutura tanto quanto quaisquer outras favelas, grande parte disto é resultado da falta de manutenção de programas sociais que não prepararam socialmente os moradores das antigas favelas para o novo projeto urbanístico. Assim, os moradores das antigas favelas que ocuparam os conjuntos habitacionais não receberam apoio social, no sentido de melhores escolas, saúde, proteção o que acabou por manter a identidade que já existia nas favelas.

E novamente, baseando-se na teoria do capitalismo de Marx, a divisão social do trabalho gera uma dialética não só de ricos e pobres, a fonte do capitalismo está baseada na postura da mais-valia, que gera também a dualidade entre opressor e o oprimido. O vínculo que o progresso estabelece com a sociedade não se limita a apenas transformações espaciais, mas principalmente e justamente por essas transformações surgem espaços de organizações comunitárias, espaços de luta e mobilização, sindicatos e comunidades- favelas- organizadas politicamente.

Assim, em conformidade com Lojkin (1997) a urbanização passa a ser pensada pela escola marxista a partir das lutas sociais e do papel do estado na produção e distribuição de equipamentos e serviços, a cidade vai ser reconstituída como sendo a materialização da expressão da luta social contra o capital e consolidada no processo de segregação sócio espacial urbano dinamizado pela lógica do capital.

Nos últimos anos a postura do poder público inverteu-se, com a consolidação das comunidades pré-estabelecidas e mudanças do governo pós-ditadura militar, a política passou de remocionista para integracionista, e converteu-se até em norma prevista em lei, como por exemplo: A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, em seu artigo 429, VI, prevê que a política de desenvolvimento urbano respeitará os seguintes preceitos: “urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores”. Com isso, o poder público, a partir desta, deve se esforçar para garantir melhorias urbanísticas e de serviços para quem vive em comunidades.

Atualmente, pode-se visualizar a terceira fase da segregação social proposta por Lojkin (1997): “uma separação entre as funções urbanas, que ficam contidas em zonas destinadas a funções específicas (comercial,

⁷FONTE: <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm/cm28.pdf>, acessado em 28/08/2016.

⁸ Favela localizada na cidade do Rio de Janeiro, considerada uma das mais perigosas da cidade, fica situada próxima a zona Sul da cidade entre dois bairros de média (Barra da Tijuca e Jacarepaguá).

industrial, residencial, etc.)". No Brasil, é perceptível que a ocupação das áreas com maiores ofertas de lazer e melhor infra-estrutura são ocupadas pela população de maior renda, sendo estas as áreas mais centrais, enquanto a periferia se acomoda de maneira radial aos centros urbanos. Além disso, os investimentos públicos também se concentram nessas áreas, quanto maior a renda mais investimentos e oferta de bens e serviços. Todavia, percebe-se o crescimento radial e exponencial, as atuais cidades apresentam não só dois tipos de classes sociais, mas sim várias desde a classe muito alta à classe muito baixa, o que conseqüentemente leva a economia no que tange a oferta de bens e serviços, ser oferecida similarmente por escala: quanto mais rica a região melhores os padrões oferecidos e vice-versa, ou quanto mais pobre a região menos incentivos econômicos serão disponibilizados, essa perspectiva compreende transportes, serviços, moradia, infra-estrutura, lazer, educação, etc. Percebe-se em maioria que as melhores conveniências são oferecidas em bairros de alto poder aquisitivo e inicia-se assim o processo de construção de condomínios fechados altamente seguros em torno de algumas dessas regiões.. Dessa forma diferentes classes localizam-se próximas umas das outras, mas são mantidas separadas fisicamente por um conjunto de barreiras de segurança, visto que em sua maioria localizam-se entorno as formações de favelas.

Historicamente essa fase democrática, decorre após o fim da ditadura militar. A década de 70 foi à fase na qual os favelados deixaram de ter seu papel na política, pois não pertenciam a face do embelezamento, limpeza e progresso do país. Como já fora supracitado Zaluar (2000) demonstra que em determinados períodos o "favelado" e a favela eram massas de manobra, conforme viria a acontecer também na terceira fase da segregação social. Se por um lado no período da ditadura foram tidos como fonte de todos os problemas que estagnavam o país, e por isso, as políticas de remoção eram tão urgentes, obviamente nos tempos que sucederam a década de 70 a identidade dos favelados estava apagada, distante da vida social urbana e política. Por outro lado, pós ditadura militar, o clientelismo, levou as políticas públicas a voltarem seus olhares para as favelas, era interessante para os candidatos garantir votos, e, para as comunidades conseguir melhorias coletivas. Foi assim que a partir dos anos 1980-90, foram inseridas medidas públicas voltadas para a inserção, aceitação das favelas no meio social. Segundo Zaluar apud Burgos:

"No entanto, com a distensão relativa do regime militar a partir de 1975, o "remocionismo" parecia uma hipótese afastada, inclusive porque a revalorização da moeda voto tendia a tornar todo sistema um pouco mais sensível aos interesses dos excluídos. (...)" (ZALUAR APUD BURGOS, 2006, P.40)

E é essa condição material que o indivíduo tanto busca que impulsiona ademais aspectos de sua vida, tanto para o político que busca ser eleito, quanto para o morador que busca melhor qualidade de vida. Notoriamente, aqueles que têm maior condição financeira – material, tem mais oportunidades de qualidade de vida, Karl Marx define essa situação como condição materialista da história, onde não são as idéias e crenças que determinam as mudanças sociais no mundo, mas sim sua condição material. A luta de classes é então, de acordo com essa teoria, o motor das mudanças sociais. No entanto, o aumento desta dualidade material (financeira) acaba gerando uma identidade reacionária nos que possuem menos: a classe de baixa e média renda. Cabe avaliar o que a partir da época esta sociedade em transição demonstrava a superação dos impasses e limites impostos pela ditadura militar. Tratava-se de uma transição para uma sociedade democrática e urbana. E claro, deu espaço para movimentos urbanos, o novo sindicalismo e partidos dos trabalhadores, que fortemente, passaram a lutar por saneamento básico, educação, melhores habitações. Marx (1848, pag.21), ilustra que este processo de formação da classe trabalhadora organizada, é natural, porque é através desse fenômeno que advém o crescimento socioeconômico de uma sociedade. O importante a ser considerado, é o fato de que esse fenômeno nada mais é, senão, uma luta de classes, e que sem essa luta, não haverá transformações sociais. Logo, esse confronto vai e deve sempre ocorrer, para que seja possível revolucionar a história. Neste sentido, a classe trabalhadora, ou proletária ou favelada, independente da época, mas, principalmente atualmente, nada mais é que a parcela da população que se revolta contra o sistema capitalista e luta por mudanças.

"(...) O verdadeiro resultado de duas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. (...). Ora, basta esse contato para concentrar as numerosas lutas

locais, que têm o mesmo caráter em toda a parte, em uma luta nacional, uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política.” (Marx, 1848, pag.22)

Desse modo, a favela foi crescentemente idealizada e edificada, apesar de um conflito permanente com o Estado, em síntese, apesar de até hoje não estarem imunes a críticas da formação social brasileira, conquistaram seu espaço e representam grande parte da população. Contudo, atingimos o século XXI sem ter conseguido superar as causas e conseqüências da exclusão social, hoje em dia o que mais é debatido é como enfrentar esta dualidade social e a profunda disparidade na distribuição de recursos que continua sendo o fator mais agravante das favelas: a falta saneamento básico, segurança, moradia, educação, saúde. É explícito que mesmo com as mudanças, as políticas públicas alcançam a favela. E em pior cenário, essa face toma proporções cada vez maiores e mais densas. Bem como enfrentar o obstáculo da identidade adquirida pela favela e seu “povo”, como fonte de violência, criminalidade e medo. Conforme Zaluar apud Burgos (2006) confirma em dados:

“Embora seja a única que contenha a promessa de uma cidade melhor para todos, a tarefa de democratização da cidade é, a essa altura, um enorme desafio; não apenas pela interveniência do tráfico de drogas, mas também pela escala demográfica dos excluídos. Dados de 1991 indicam que 962.793 habitantes vivem em favelas na cidade do Rio de Janeiro, 944.200 em conjuntos habitacionais, e mais 381.345 em loteamentos irregulares de baixa renda; portanto, um total de 2.288.338 habitantes, o que corresponde a cerca de 40% da população da cidade (Iplanrio, 1993:125, 269, 312-3). (ZALUAR APUD BURGOS, 2006, pag.45).

Para Marx (1848), esse constante confronto entre as classes será sempre fundamental para romper, os interesses apenas burgueses de forma a garantir melhores condições de existência, uma vez que esta é classe (menos favorecidos) que realmente precisa da mudança:

“De todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionaria. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado pelo contrário, é seu produto mais autêntico.” (Karl Marx, 1848, pag.24)

Neste contexto, conforme Zaluar (2006) não podemos deixar esquecer a capacidade de luta dos favelados (...). Após 100 anos de luta, empregando diferentes formas de organização e demanda política, inclusive o carnaval, a favela venceu.

Atualmente, não existem mais políticas de remocionismo, e a favela adquiriu melhores serviços e infra-estruturas, tornou-se até mesmo bairro das cidades. Assim, fica evidenciado que os favelados podem contar mesmo que, lentamente, com a implementação dos serviços básicos adquiridos. Porém são novos os problemas enfrentados como intolerância, preconceito, criminalidade e organizações de tráfico de drogas. Mas cabe ressaltar, também é o espaço de maior pluralidade cultural brasileira.

3. UM BREVE OLHAR SOB A IDENTIDADE DO FAVELADO

Refletir sobre as questões da segregação socioespacial no Brasil incide diretamente na identidade da periferia. Existe uma linha tênue entre a realidade vivida e o imaginário criado pelo coletivo. E é justamente essa construção de modelos sobre a identidade da favela e do favelado, que nos leva a questionar sobre a efetividade do que é conhecido em relação às favelas e seus moradores.

É sabido que a identidade da favela se deu através dos constantes desafios enfrentados. Lembrando que seu surgimento acompanhou o crescimento das cidades, seus moradores construíram sua personalidade de acordo com o crescimento das suas respectivas comunidades. A construção de seus terrenos e moradias não lhes permitiu segurança e privacidade, e as relações deste espaço com o Estado nunca atingiu efetiva melhoria

em sua qualidade de vida. Eis que assim, surge subjetivamente a maior de suas conquistas: os moradores atuam em conjunto, defendendo interesses coletivos, em prática surgem às organizações comunitárias como escolas de samba, times de futebol e associações de moradores, e, neste sentido a suposta idéia de uma população excluída, isolada e sem princípios não corresponde com a realidade. Conforme afirma Zaluar (2006):

“(...) o compromisso com a sobrevivência, tido como a sina dos pobres, é ele mesmo simbólico e cultural e não mera questão digestiva e econômica, não excluindo tampouco outros compromissos. A pobreza material não determina a pobreza cultural ou o limite do sonho, da imaginação ou da criação, negados pelo carnaval e pelas religiões populares.” Zaluar (2006)⁹:

Ter acesso e qualidade de vida próxima a das cidades é desde sempre a maior luta dos favelados, sua população é composta pela herança de ex-escravos expulsos dos cortiços, imigrantes, e soldados de revoltas populares, em outras palavras, as minorias revolucionárias de Marx. Essa pluralidade social e cultural também formou a identidade do favelado, são os trabalhadores de baixa renda, trabalhadores de classe média baixa desempregada, e quaisquer outras categorias que se encaixam na categoria do tão falado “povão”, sinônimo de pobreza, criminalidade, violência e falta de conhecimento. Todavia, este mesmo povão é também reflexo de sua luta, humildade, alegria e cultura. E de fato ao mesmo tempo em que a sociedade exclui, indiretamente mantém relações esse mesmo povo

. Hoje em dia essas relações podem ser definidas como civilizadas, em outras palavras, é apenas a continuidade do clientelismo de sempre. O patrão continua pagando salários baixos e o indivíduo continua morando na favela, mas os dois se encontram no futebol, no jogo de bicho, no carnaval, no churrasco rodeado pelo samba. Em face oposta o favelado também tenta se equalizar a sociedade urbana: ele quer o tênis e a roupa de marca, aparelhos eletrônicos com alta tecnologia. O que nos leva a concluir que a identidade da favela é constituída a partir de suas relações com o Estado e com a sociedade em que está inserida.

O Estado ao considerar a favela como um “problema”, define sua moradia e ocupação como irregular, intimamente seus moradores são considerados marginais, por estarem ocupando a cidade de maneira ilegal. Cabe pensar que, sendo assim, é a condição de moradia do indivíduo que determina sua imagem perante a sociedade. Dessa forma, o estado controla a favela, limitando suas relações com os demais setores urbanos das cidades de duas formas, ou através da inclusão e assistencialismo, ou através da repressão. Uma das faces mais cruéis enfrentadas pelos favelados atualmente é que o tráfico de drogas se aproveita dessa imagem que a favela tem, e assume práticas de violência e criminalidade, que acabam por generalizar a sua população em totalidade, transformando-a em sinônimo de bandidagem. E infelizmente a favela passa a conviver com a discriminação e com o tratamento que o Estado proporciona como solução: a atuação agressiva das policias nas favelas. Infelizmente o modo pelo qual o Estado reage ao tráfico de drogas nas periferias ainda é muito arcaico e faz com que prevaleça o medo perante a classe inferior dos favelados, mas a realidade não é plenamente compatível, pois, como já fora supracitada, não é a totalidade da população que é responsável pelo tráfico, muito pelo contrário, a grande maioria é apenas vítima desse cenário de criminalidade, tanto quanto o resto da sociedade urbanizada. O que agrava a situação é que de acordo com Zaluar (2006) o Estado somente tem uma postura repressiva que demonstra um “comportamento aberrante”, que por sua vez aumenta a reatividade dos favelados perante a tanta violência sofrida. Se o Estado, para determinada parcela da população deixa de passar a imagem de protetor para fonte de ameaça, obviamente o aumento do crime organizado e dos movimentos reacionários a opressão recebida serão crescentes, exemplo disso é o fenômeno da policia deixando de atuar como protetora e passando a fazer parte da corrupção e do trafico de drogas. A população passa a ter que fazer justiça com as próprias mãos, resultando no aumento dos confrontos entre a policia e a favela. Zaluar (2006) pontua:

“Uma resposta é a ambígua noção do Estado como protetor. Se, como supõem os analistas, é dever do Estado proteger seus cidadãos contra certos perigos básicos – como ameaças à segurança pessoal, à propriedade e aos direitos civis e humanos - então cabe também supor que todos os segmentos da sociedade têm direito a ser igualmente protegidos

⁹Zaluar, Alba. **A máquina e a revolta**, 2006. 2ª edição.

e que existe algum consenso quanto ao que constitui ameaça à segurança, quer para os indivíduos, quer para a sociedade em geral.” (Zaluar, 2006, pag.236).

Mas infelizmente não é o que acontece. Ainda na visão da autora se a identidade dos favelados se forma enfim a partir da atuação destes nas diversas esferas de seu local de moradia, as associações de moradores, praças, bares, agremiações recreativo-culturais- esportivas é que moldam sua identidade cultural. Antagonicamente são também as situações em que são colocados na categoria de subalternos, bem como as estratégias de resistência por eles criadas formam situações que não são definitivas, mas estão constantemente sendo renovadas e reinterpretadas. Estas mudanças são justamente sua identidade. Ora, é seu o povo vítima da discriminação da polícia, ora é o povo que oferece enriquecimento cultural para a identidade do Brasil. Portanto é essa a fonte de sua pluralidade: a diversidade das múltiplas práticas e vivência recorrentes que criam e renovam os seus símbolos de identidade.

4. CONCLUSÃO

Com a crescente urbanização em esfera global, principalmente em países em desenvolvimento, como no Brasil, o fenômeno da segregação socioespacial é inevitável. Foi possível perceber que é através da maquinaria econômica que a segregação social surge em torno destes centros de produção.

Todavia, a partir deste estudo, foi também possível perceber a urgência de atenção por parte dos planejadores urbanos e das políticas públicas. O crescimento territorial do país vem desde a década de 70 se caracterizando por ocupações em territórios ditos “ilegais” pela governabilidade, o fator mais agravante é que esses territórios são em sua maioria ocupados por uma parcela da população de baixa renda, o que inevitavelmente resulta em um crescente aumento da exclusão social. Este movimento tem sido cada vez maior visto a situação econômica e política enfrentada pelo povo brasileiro, e as favelas tornam-se alvo de preconceito e caracterizam-se por um espaço onde prevalece a falta de investimento e zelo por parte das políticas públicas, assim seus moradores infelizmente, e se tornam a cada dia alvo de preconceito e de uma concepção negativa formada pelo senso comum em relação a sua identidade social.

Um dos maiores desafios enfrentados ao estudar as conseqüências da segregação socioespacial no Brasil, foi estudar a formação das favelas e analisar esse fenômeno de forma crítica e revolucionária, de forma a desfazer todas as ilusões e pré-conceitos formados pela sociedade urbana. Todavia, somente assim é possível, esclarecer a realidade vivenciada, de forma a contribuir com a constituição de um novo pensamento urbano no qual todas as classes sociais tenham direitos aos bens e serviços básicos para qualquer indivíduo.

O “povo” residente nas favelas, apesar de excluído, tem os menos sonhos de qualquer cidadão, e a maior dificuldade encontrada é a falta de incentivo público e a segurança nas favelas. A favela não é apenas o local de crime, carência, drogas e ausências. Mas é também, sobretudo, fonte de grande parte dos votos conseguidos pelos candidatos e por isso merecem um olhar direcionado para suas qualidades: é das favelas que provém às escolas de samba, o próprio samba, a enorme diversidade religiosa, capoeira, pagode, funk, futebol, todos esses símbolos atuais da cultura brasileira. Historicamente, Karl Marx, já dizia que as lutas sociais são o motor que giram a roda da história, pois é através destas lutas que é possível alcançar mudanças sociais, principalmente quando essa luta é fruto das minorias, só assim ocorre o progresso para o proletariado. Atualmente, a maior luta das favelas e dos favelados individualmente, é desmistificar que são bandidos, em sua maioria. Entender que o Estado deve apoiar a cultura e investir em educação de qualidade é fundamental para que estas mudanças relacionadas a tantas limitações e os paradigmas vinculados à população segregada ocorra no pensamento social.

5. REFERÊNCIAS

CAIRNCROSS, / Frances. / **Meio Ambiente: custos e benefícios.** / São Paulo: Nobel. 1992.

CARLOS, /Ana Fani Alessandri. / **A Cidade.** / São Paulo: Contexto, 1992.

CARVALHO, /Inaiá Maria Moreira de. / **Metrópoles e Condições sociais.** In: **CONGRESSO LUSO AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS SOBRE A QUESTÃO SOCIAL NO NOVO MILÊNIO,** / 8, 16, 17 e 18 de setembro de 2004, Coimbra, Portugal.

- CASTELLS, /Manuel./ **La cuestión urbana.**/ 4. ed. México. Siglo Veinteuno, 1977.
- LOJKINE,/ Jean./ **O Estado capitalista e a questão urbana.**/São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MARINS, /P. C. G./ **Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras.**/Em: SEVCENKO, N. (org.) História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, p. 131-214, 1988.
- MARX, /Karl; / ENGELS, / Frederich./ **O manifesto comunista.**/ Versão para e-book. Disponível em: www.jahr.org, 1999.
- O'NEILL, /Maria Mônica./ **Segregação residencial:/ um estudo de caso.**/ Rio de Janeiro: 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ROCHA, /Oswaldo Porto./ **A Era das Demolições:/ cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920** / CARVALHO, Lia de Aquino. **Habitações Populares: Rio de Janeiro 1886-1906.** Rio de Janeiro: 1986
- CHAFFIN, /Raquel;/ CAETANO,/ R. C./ **Metrópoles Brasileiras: O reflexo da segregação sócio espacial.** / In: III Encontro de Geografia VI Semana de Ciências Humanas do Instituto Federal Fluminense, 2010, Campos dos Goytacazes. III Encontro de Geografia VI Semana de Ciências Humanas, 2010.
- SOBARZO MIÑO,/ Oscar Alfredo Sobarzo./ **A segregação socioespacial em Presidente Prudente: análise dos condomínios horizontais.** /1999 Dissertação (mestrado em Geografia) - FCT/UNESP, Presidente Prudente.
- TRINDADE, /Thiago Aparecido./ **Desigualdade, Fragmentação da Cidade e Conflitos Sociais.**/ Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 8, n. 22, p.154-165, set. 2007.
- VILLAÇA,/ Flávio./ **Espaço intra-urbano no Brasil.**/ São Paulo: Studio Nobel. 1998.
- ZALUAR,/ Alba; /ALVITO,/ Marcos./ **Um século de favela.**/ 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.
- ZALUAR, /Alba./ **A máquina e a revolta.**/ 2ª edição, São Paulo: Brasiliense, 2000.